

## **A FOME SAIU À RUA: AS GREVES DE 1943 VIVIDAS PELAS OPERÁRIAS DE ALMADA**

---

*Sónia Ferreira\**

No presente artigo pretende-se explorar o tema da resistência operária, no feminino e em contexto urbano, numa zona reconhecida histórica e socialmente como de grande concentração de operariado. Assim, e reconhecendo a existência de tais atributos à cidade de Almada, pelo menos desde os finais do século XIX, incidir-se-á a apresentação de dados sobre esta região da margem sul do Tejo<sup>1</sup>. No que diz respeito ao período cronológico em análise, delimitaram-se as décadas de 30 e 40, o que se prende, por um lado, com as próprias conjunturas nacionais, pois o Portugal operário e resistente dos anos em questão não será o mesmo dos anos 50/60 e de todo o período do pós-guerra; e por outro, porque a nível local, como refere Jorge Rodrigues: “*Os anos 40 representaram, no concelho de Almada, uma charneira entre dois mundos completamente diferentes: o mundo da industrialização incipiente e o novo mundo da terciarização generalizada.*” (Rodrigues, 1999:8).

Como se vão analisar momentos de revolta e protesto público, será necessário enquadrar teórica e metodologicamente a questão dos movimentos sociais. Em termos teóricos, a análise dos movimentos sociais não foi, como ainda não é, um campo pacificado. Durante muito tempo os movimentos sociais foram vistos como actuando à margem da sociedade, ou melhor dizendo, das suas instituições formais. Se por um lado colmatavam disfunções sociais, por outro a sua actuação era entendida como marginal, pouco convencional e até desviante (Diani e Eyerman, 1992:5). No entanto, alguns

---

\* Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa/ FCSH-UNL

<sup>1</sup> Almada é ainda vila durante o período histórico que se pretende estudar, passando a cidade apenas em Junho de 1973.

desenvolvimentos históricos e sociais que culminam no Maio de 68 vão de certa forma potenciar o descontentamento progressivo acerca dos paradigmas teóricos que imperavam, nomeadamente o marxismo e o estruturo-funcionalismo, na análise dos movimentos sociais de natureza abrangente e colectiva (della Porta e Diani, 1999:2).

Alain Touraine, num artigo de introdução ao estudo dos movimentos sociais, diz-nos que existe uma clara oposição entre a análise sociológica que se organiza em torno da noção de sociedade ou sistema social e uma sociologia que atribui o papel principal à análise dos movimentos sociais (Touraine, 1985:749). Isto deve-se sobretudo ao facto, de o conceito de movimento social implicar uma visão diferente da vida social, enfatizando o conflito estrutural e olhando para os indivíduos como agentes sociais culturalmente orientados e envolvidos nesses mesmos conflitos. Esta definição vai de certo modo ao encontro da proposta mais abrangente de Touraine no âmbito da sua sociologia da acção, considerando que não existe situação que possa ser reduzida a regras institucionais ou estatutos hierárquicos, já que existe sempre alguma dose de incerteza, negociação, conflito e transformação. A sociologia passa a preocupar-se assim também com as questões da mudança social.

Começando por sublinhar a concordância generalizada em torno da aceitação dos movimentos sociais como tipos específicos de conflito social, Touraine ressalva o facto de muitos tipos de comportamento colectivo, como as correntes de opinião, as situações de pânico, etc, não poderem ser entendidos como movimentos sociais, mesmo que definam de forma precisa a que é que reagem (Touraine, 1985:750). Assim, estes pressupõem uma definição clara de oponentes, em competição por recursos, pelos quais lutam ou negociam, numa tentativa de assumir o seu controlo. Definir esta *invenção da idade moderna* significa então cruzar conceitos como o de conflito, rede social, opositor, recursos, acção (Tarrow, 1998:2). Mais recentemente tem-se colocado a questão da identidade também neste eixo, pois considera-se que os movimentos sociais mais recentes têm um carácter sociocultural mais vincado do que os seus antecessores, que eram essencialmente entendidos como fenómenos sociopolíticos<sup>2</sup>.

Os movimentos sociais são cada vez mais percepcionados como redes sociais plurifuncionais de interacção entre indivíduos, grupos informais e organizações formais. A diferença que estas redes terão de outras, no entender de Diani, é o facto de colocarem grande ênfase na construção de significados, na criação de identidades. Mesmo quando os indivíduos já se encontram fora da rede activa, como por exemplo um operário reformado, podem

---

<sup>2</sup> Em torno desta questão é interessante o artigo de David Plotke intitulado "What's So New About New Social Movements?" publicado na obra colectiva: Lyman, S. (ed.) (1995) *Social Movements. Critiques, Concepts, Case-Studies*, London, Macmillan, pp. 113-136.



continuar a partilhar essa identidade comum. É aliás este significado colectivo que vai fazer com que os indivíduos não partilhem apenas preocupações sobre assuntos específicos, mas também ideias e crenças que os ajudem a enquadrar esses assuntos de forma mais abrangente e significativa<sup>3</sup>. Tarrow salienta também este facto, ao afirmar que um movimento social só existe se sentimentos mais profundos de solidariedade ou identidade existirem, exemplificando como o nacionalismo, a etnicidade ou a religião têm sido bases mais sólidas para movimentos sociais, do que o imperativo categórico da classe social (Tarrow, 1998:6). Esta identidade não tem de existir previamente, sendo aliás uma das funções vitais dos movimentos precisamente a de construir e manter essa identidade colectiva. Ela não é um pré-requisito, mas constitui uma exigência à posteriori.

Numa tentativa de síntese e conjugação de perspectivas, della Porta e Diani, resumem o ponto da situação a quatro características base dos movimentos sociais, partilhadas pela maior parte dos teóricos: 1) redes informais de interacção; 2) partilha de sentidos e solidariedade; 3) acção colectiva direccionada para o conflito; 4) utilização do protesto como forma de se diferenciarem de outras acções mais institucionais de reivindicação (della Porta e Diani, 1999:16). Em resumo, encontramos-nos perante redes informais de indivíduos que partilham sentidos, crenças e solidariedades mútuas e que se mobilizam estabelecendo uma relação de conflito com um oponente, utilizando para isso diversas formas de protesto. Lidamos com grupos de indivíduos e não com organizações. Os movimentos sociais não detêm uma organização no sentido formal do termo, ou seja, até podem existir organizações que fazem parte de movimentos sociais mas estes não se resumem a isso, são mais vastos e fluídos, são redes de interacção social.

Na acção colectiva existem também diversos patamares de participação e envolvimento. Nem todos se encontram lá com a mesma percepção, entendimento ou vontade, apesar da moldura de enquadramento mais geral que confere alguma homogeneidade estratégica (identidade, valores, interesses, etc) ao todo colectivo<sup>4</sup>. As acções levadas a cabo pelos operários de Almada, são muitas vezes acções colectivas de conflito, exposto ou camuflado, quotidianas ou pontuais, contra um oponente com o qual lutam pela melhoria das suas condições de vida e trabalho, numa clara disputa pela obtenção de re-

---

<sup>3</sup> Para uma leitura mais exaustiva desta perspectiva ver: Diani, M (1992) "Analysing Social Movements Networks" em M. Diani e R. Eyerman, *Studying Collective Action*, London/Newbury/New Delhi, SAGE, pp. 107-135.

<sup>4</sup> Já Gramsci, segundo Crehan, referia esta heterogeneidade possível dentro da classe subordinada: "(...) Gramsci always recognized that subaltern groups are not homogeneous, that they have their own hierarchies and inequalities, and that it cannot be assumed that all the members of a particular subaltern group see the world in the same way." (Crehan, 2002:5)

curtos. No entanto, estes operários desenvolvem muitas vezes lutas em conjunturas mais alargadas de protesto, que têm origem em condições políticas exteriores impostas ou consideradas de feição, que redimensionam em alguns períodos de tempo este movimento colectivo a uma rede social de interacção maior e mais abrangente, à escala distrital ou nacional, como se pode ver no estudo de caso que a seguir se apresenta.

### **As Greves de Julho/Agosto de 1943 em Almada**

Durante os anos quarenta, nomeadamente durante a sua primeira metade, período coincidente com o desenrolar da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, um surto de movimentos grevistas e de contestação vão deflagrar por todo o país, provocando agitação tanto nos meios operários como rurais. Estes movimentos variam na sua distribuição e incidência, mas podem-se distinguir três momentos de maior relevo no âmbito das paralisações operárias: as greves de Outubro/Novembro de 1942, as de Julho/Agosto de 1943 e por fim as de Maio de 1944. Destes três momentos, o mais importante em termos de impacto na Margem Sul foi, sem dúvida, o de 1943.

Em 1943 o país vive um período de grande insatisfação social, não só devido à legislação já promulgada sobre o Abono de Família e as horas extraordinárias mas também porque o acesso aos bens essenciais se revelava cada vez mais difícil e a fome alastrava pelo território. O governo por esta altura ainda não implementara o sistema de racionamento, o que condicionava o acesso das famílias pobres e sem recursos aos géneros disponíveis no mercado, tanto nos circuitos formais como informais. A revolta está por isso latente e a agitação cresce de dia para dia, principalmente nos locais de abastecimento onde frequentemente a polícia tem de intervir. Neste cenário de efervescência social, um acontecimento político como a destituição de Mussolini, parece ter contribuído para o acelerar do processo, embora não possamos ter a certeza de que este acontecimento tenha sido indispensável. O próprio PCP já tinha feito um apelo à greve através de um comunicado a 21 desse mês, que funcionou certamente como catalisador do clima de tensão que se vivia<sup>5</sup>. O regime, também ele consciente da importância que o aliado italiano tinha, como paradigma do corporativismo português, tenta conter a divulgação da notícia o máximo de tempo possível, até que esta acaba por

---

<sup>5</sup> Desconhece-se se o PCP já teria conhecimento da notícia da queda de Mussolini quando emitiu o comunicado, mas como não é feito qualquer tipo de referência a um facto tão importante, deduz-se que não. Segundo Pacheco Pereira, com a convocação formal da greve no dia 21 através de um comunicado, o Partido decide avançar quando se despoletaram já algumas paralisações espontâneas, sendo o manifesto produzido para dar “*aos conflitos sociais uma sequência racional numa escalada de protestos que nunca existiu.*” (Pereira, 2001:247).



sair na imprensa precisamente na véspera do dia em que terão início as paralisações. Segundo Fernando Rosas “*Todos os observadores diplomáticos são unânimes em estabelecer alguma relação entre o enorme efeito de choque causado pela divulgação do acontecimento e o início das greves no dia seguinte (...)*” (Rosas, 1995:381). A Pacheco Pereira também não restam dúvidas, “*a seta da história apontava agora noutra direcção e o clima mudara decisivamente. Portugal não era excepção.*” (Pereira, 2001:229).

Assim, a própria história parece ter dado aos operários portugueses o sinal para avançarem, como estes aliás fizeram. A 26 de Julho de 1943, à tarde, os operários e as operárias das principais fábricas de cortiça de Almada baixaram os seus braços, para dar início à maior greve geral, até à data, contra o regime salazarista: “*Os longos edifícios industriais da Rankin e da Bucknall, onde multidões femininas se sentavam em fila a trabalhar a cortiça, ficam pouco a pouco silenciosos.*” (Pereira, 2001:256).

Para o PCP este é também um momento marcante, já que pela primeira vez na sua história convoca e coordena uma greve destas dimensões: “*(...) o movimento é dirigido por um “Comité de Greve em ligação directa com o Secretariado” do Comité Central, cujos manifestos constituirão o verdadeiro “jornal de greve”.*” (Rosas, 1995:386). A Margem Sul é o sector que o Secretariado mais reforça, tendo Alfredo Diniz (Pereira, 2001:253) assegurado com êxito a participação de Almada, como se pode constatar pela adesão de numerosas fábricas importantes onde a greve teve um grande impacto. Ângela Luzia vai também considerar que o papel desempenhado pelo PCP nestas greves foi fundamental, acentuando a importância do “*período de preparação, através da mobilização pelo jornal clandestino do PCP, Avante, e por comunicados clandestinos, que salientavam a necessidade de manifestação face a uma realidade insustentável. Esta informação circulava subterraneamente, sem que os próprios operários identificassem a sua fonte. No entanto, reconheciam uma direcção política da greve, que identificavam abstractamente com o PCP. Não foram criados heróis míticos, embora à escala da fábrica e do local de residência alguns indivíduos se tivessem destacado e ganhassem, por isso, um estatuto de respeito, que se mantém ainda hoje.*” (Luzia, 1994/96:84).

O governo reage a estas paralisações de forma enérgica e rápida. Os estabelecimentos em greve ficam sob a tutela do Ministério da Guerra, ao abrigo da Mobilização Industrial, e são encerrados<sup>6</sup>. Os operários grevistas são despedidos e os patrões têm de comunicar ao Ministério, toda e qualquer actividade associada à greve nas suas fábricas e empresas, não lhes sendo

---

<sup>6</sup> Ver “Boletim de Inscrição para os Serviços de Mobilização Industrial”. Fonte: Arquivo Histórico Militar/ Repartição de Gabinete/ Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 132.



permitido readmitir operários grevistas<sup>7</sup>. Os donos das fábricas são também obrigados a afixar listas onde os operários se inscreverão para serem readmitidos, listas essas que serão fiscalizadas pelo Ministério, mais precisamente pelo serviço de Mobilização Industrial, coordenado pelo recentemente empossado Major Botelho Moniz, a verdadeira cara da repressão das greves de 43. Os operários grevistas encontram-se também proibidos de se inscreverem para trabalhar em qualquer outra fábrica do concelho, incorrendo em penas que vão desde a acusação de deserção até à incorporação num batalhão de trabalhos forçados, programado para funcionar em Cabo Verde<sup>8</sup>. Nos casos mais urgentes, os operários são substituídos por legionários, autorizando muitas vezes o regime que apenas sejam readmitidos operários em número inferior àquele que existia anteriormente, por razões de segurança, não laborais mas políticas. O próprio patronato é atentamente vigiado, podendo incorrer em penas de prisão, como aliás chegou a acontecer, quando não cumprisse rigorosamente as medidas anunciadas. Estas vão ser, principalmente para o operariado, brutais, destroçando um movimento que dificilmente se levantará com a mesma energia e motivação (ou desespero?), como se pode constatar pelo facto de no movimento grevista que se sucede, em Maio de 1944, nenhum dos sectores de 1943 participar.

Para o relato destes acontecimentos seguir-se-ão duas fontes principais: a imprensa da época, legal e clandestina, e os depoimentos de algumas das mulheres que viveram na primeira pessoa muitos destes acontecimentos. A apresentação destes dados ocorrerá em capítulos separados, porque se procurou ler cada uma destas fontes dentro da sua lógica de construção interna. Ou seja, é importante, por um lado, ver como na diversa imprensa os acontecimentos vão sendo apresentados e que leitura isso nos dá do que se passou, por outro, os depoimentos das entrevistadas têm uma coerência interna e cronológica diferente, fruto da elaboração individual e colectiva do trabalho da memória ao longo destes últimos sessenta anos (Halbwachs, 1950). Assim, sem descurar possíveis e enriquecedores cruzamentos de informação factual, seguir-se-á uma apresentação linear das fontes consultadas. Procu-

---

<sup>7</sup> Ver “Comunicação aos Serviços de Mobilização Industrial de encerramento da Fábrica Rankin Brothers & Sons após a greve de 1943”. Fonte: Arquivo Histórico Militar/Repartição de Gabinete/Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 134.

<sup>8</sup> É interessante verificar que a Nota da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra refere que quem abandone o trabalho será incorporado “num batalhão de trabalhadores, subordinado à mais severa disciplina militar” acentuando expressamente que estas medidas dizem respeito a qualquer indivíduo “independentemente do sexo”. Não temos notícia de nenhuma mulher que de facto tenha sido incorporada em qualquer grupo de trabalho sob comando militar. No entanto, não deixa de ser interessante a necessidade de acentuar a ideia de que a repressão atingiria os membros de ambos os sexos de forma igual, ao contrário da própria política do regime que os diferenciava de tantas formas.



rar-se-á também, sempre que possível, remeter para alguma documentação da época. Sendo que esta última, pela sua escassez e irregularidade, não será utilizada como fonte primeira na sistematização dos acontecimentos, servindo apenas de ilustração para situações pontuais em que possa ser pertinente para corroborar, relativizar ou mesmo colocar em dúvida as outras fontes. Sempre que possível, centrar-se-á a análise apenas no concelho de Almada, em primeiro lugar porque esse é o âmbito do artigo e depois porque já existem estudos sobre outras localidades, nomeadamente o Barreiro, que devido à dimensão numérica do seu operariado se constituiu de facto como o “epicentro” da greve e se tornou na vila mítica do imaginário antifascista.

## A Imprensa

O jornal *O Século* refere pela primeira vez as “*perturbações no trabalho*” de 1943 na sua edição de 29 de Julho, embora situe cronologicamente o seu início dois dias antes, ou seja, a 27 de Julho. As três notícias que surgem na primeira página dão informações gerais sobre o sucedido, situando primeiro a paralisação em “*algumas fábricas do Barreiro e arredores*” e depois enumerando as diversas medidas estatais conducentes à restituição da ordem pública e ao castigo dos agitadores. No que diz respeito a Almada, uma das fábricas que mais vezes e com maior incidência aparece conotada ao movimento grevista são os estaleiros navais da Parry & Son.

Surgem também, com bastante frequência, nesta edição, descrições do comportamento das mulheres envolvidas na greve, em diversas localidades do país. As greves de 1943, ao contrário do que parece ter acontecido no 18 de Janeiro de 1934, são greves onde as mulheres se destacam com um ímpeto estrondoso. Elas detêm um papel importantíssimo na agitação e no incitamento das massas, o que acontece de forma frontal e assumida, muito diferente do tipo de comportamento que podemos encontrar na análise dos seus quotidianos de resistência.<sup>9</sup>

O jornal *O Século*, a 29 de Julho, descreve assim a situação em Almada: “*Enquanto os operários de estabelecimentos fabris do concelho de Almada, como a Fábrica Moinhos Reunidos do Caramujo, as oficinas de preparação de cortiça e fabrico de rolhas do Caramujo e Cova da Piedade, os estaleiros da firma Parry & Son do Ginjal, e a Companhia de Lanifícios de Arrentela, num total de cinco mil pessoas, abandonavam o trabalho, muitas mulheres protestavam. Grupos houve que apedrejaram estabelecimentos, partindo vidros, e assaltavam o Grémio de Comerciantes. Outros, misturavam com os*

---

<sup>9</sup> A análise dos quotidianos de resistência das mulheres operárias de Almada articulado com as questões aqui apresentadas está a ser desenvolvida no âmbito de um projecto de doutoramento em curso.

*seus gritos de protesto palavras de incitamento a operários da construção civil ainda a trabalhar, que aderissem aos seus colegas. Tentaram ainda, que o ordeiro operariado do Arsenal do Alfeite paralizasse o trabalho, o que não conseguiram. A Polícia de Setúbal, reforçada com praças da P.S.P. de Lisboa, sob o comando do sr. cap. Maia de Loureiro, distribui-se pelas localidades do concelho e mantinha a ordem. Apesar de tudo, as mulheres aproveitavam todos os momentos para se manifestarem, percorrendo as ruas. Se viam outras às janelas, incitavam-nas a que saíssem e se lhes reunissem. As autoridades intervieram (...) <sup>10</sup> As manifestantes apedrejaram, então a Polícia, que teve de dispersá-las à coronhada. Dois guardas e algumas mulheres ficaram feridos. (...) Por isso, as autoridades mandaram que os estabelecimentos fabris encerrassem as suas portas. Apesar de tudo as manifestações continuaram e, só quando desembarcou na ponte da Parçaria uma secção de metralhadores da G.N.R., que tomou posições, se restabeleceu alguma calma. Os operários que se mantinham de braços caídos na fábrica de moagem de Caramujo foram desalojados pela autoridade. Foram presas numerosas mulheres que deram entrada nos quartéis da G.N.R., na esquadra da Polícia e no posto da Guarda Fiscal. Durante a noite houve rigoroso serviço de patrulhas. ”<sup>11</sup>. Noutras localidades, como Lisboa ou o Barreiro, também se destacou a participação “activa” das mulheres.*

No dia seguinte, 30 de Julho, as notícias acerca da paralisação do trabalho continuam a merecer destaque de primeira página, por um lado para anunciar o regularizar da situação, embora assumindo excepções “*no bairro de Alcântara e em algumas localidades da Outra Banda*”<sup>12</sup>, por outro anunciando a entrada em funções do Major Botelho Moniz, delegado especial do Ministério da Guerra para a Mobilização Industrial, que vai ter um papel importantíssimo no controle e repressão do movimento grevista. Ambas as notícias continuam no interior do periódico, percorrendo uma as localidades grevistas, onde se vai descrevendo a normalização do ambiente, e outra a implementação das medidas que o Governo imporá às fábricas, como os despedimentos, a abertura de inscrições e o recrutamento de legionários. No que diz respeito a Almada, destaca-se o ambiente de “tranquilidade”, embora na realidade a vila estivesse a ser patrulhada por forças da G.N.R. e tivessem sido feitas várias detenções de operários da Parry & Son e da Companhia Portuguesa de Pesca<sup>13</sup>.

A 31 de Julho, *O Século* continua a assegurar em primeira página que “*A normalidade do trabalho está virtualmente feita quer em Lisboa quer na*

---

<sup>10</sup> Falta texto no próprio jornal, provavelmente terá sido um erro de impressão.

<sup>11</sup> *O Século*, 29 de Julho de 1943, p. 2. (destaques meus)

<sup>12</sup> *O Século*, 30 de Julho de 1943, p. 1.

<sup>13</sup> *O Século*, 30 de Julho de 1943, p. 6.



*Outra Banda*”<sup>14</sup>. No entanto, no seu interior, encontramos a descrição da paralisação ainda em vigor entre os operários corticeiros: “*Normaliza-se a situação no concelho de Almada. Há tranquilidade em todo o concelho de Almada. Algumas forças da Polícia retiraram, seguindo parte para o Seixal e regressando outra a Lisboa. No Caramujo, os operários que tinham abandonado o trabalho na fábrica de moagem dos Moinhos Reunidos apresentaram-se ao serviço. Na Cova da Piedade, conservam-se paralisados apenas os operários corticeiros, que abandonaram os recintos das fábricas. A situação normaliza-se.*”<sup>15</sup>.

Com a entrada neste período de “normalização”, algumas fábricas são ilibadas de responsabilidades pelas autoridades e voltam rapidamente a laborar, readmitindo os mesmos operários. Muitas outras têm, no entanto, de seguir processos mais morosos pois, de acordo com os comunicados do Governo, nenhuma fábrica implicada no movimento grevista poderia reabrir sem fazer novas inscrições sendo estas depois devidamente sancionadas pelos serviços de Mobilização Industrial. Aliás, a partir do início de Agosto e até meio de Setembro, as notícias que aparecem n’*O Século* são meramente informativas, apontando as fábricas que podem ou não retomar a laboração, de acordo com a devida autorização dos serviços fiscalizadores. Através destas notícias podemos constatar que as fábricas de cortiça de Almada, nomeadamente a Henry Bucknall & Sons, são das que têm autorização para abrir mais tardiamente.

No dia 31 de Julho, são ainda anunciadas algumas detenções no Barreiro mas em Almada a ordem parece estar restabelecida, destacando o jornal a apresentação ao trabalho de muitos operários corticeiros, o que é deveras importante se atendermos ao facto de que estes eram umas das mais activas classes em greve. Sobre Almada também é anunciada uma primeira excepção ao encerramento das fábricas, para se efectuar um carregamento de cortiça por forma a cumprir os prazos de uma encomenda para o estrangeiro. Este trabalho será no entanto realizado por pessoal militar sendo que, depois de finalizado, as fábricas voltarão a encerrar<sup>16</sup>.

Alguns dias mais tarde, a 4 de Agosto, numa pequena notícia de segunda página, é anunciado que “*foram postas em liberdade e regressaram a Caci-lhas trinta e quatro mulheres, que tinham sido presas naquela povoação, em Almada e na Cova da Piedade.*”<sup>17</sup>. Parecem, assim, não restar dúvidas de que foram detidas mulheres em Almada aquando do movimento grevista.

---

<sup>14</sup> *O Século*, 31 de Julho de 1943, p. 1.

<sup>15</sup> Idem, p. 6.

<sup>16</sup> Ver “Pedidos de autorização para o recrutamento de pessoal adventício depois dos despedimentos de 1943”. Fonte: Arquivo Histórico Militar/Repartição de Gabinete/Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 134.

<sup>17</sup> *O Século*, 4 de Agosto de 1943, p. 2.

A 17 de Agosto algumas fábricas de cortiça de Almada ainda estão encerradas, devendo-se esse facto por um lado à morosidade do processo de apuramento de responsabilidades mas também à sua utilização a título de exemplo para o futuro, como se pode entender no discurso do jornal quando refere: “(...) a necessidade de, no interesse geral, dar exemplo que sirva para o futuro.”<sup>18</sup>. Talvez por isso, apenas a 24 de Agosto volte a aparecer no jornal uma lista das fábricas de cortiça que podem reabrir no concelho de Almada<sup>19</sup>. No entanto, muitas outras ainda não têm autorização para reabrir as suas portas: “todas do Caramujo. [Onde] está ainda a proceder-se ao apuramento de responsabilidades.”<sup>20</sup>.

Não se sabe ao certo porque foram escolhidas as fábricas de cortiça de Almada para dar o exemplo. Fernando Rosas arrisca uma explicação: “(...) na indústria corticeira da Margem Sul, a primeira a entrar em greve e aquela onde o patronato (em boa parte britânico) dera sinais de querer agir autonomamente para pôr fim às greves, a punição seria severa: algumas são mantidas fechadas até inícios do mês de Setembro, apesar dos pedidos dos industriais de Almada no sentido da reabertura.” (Rosas, 1995:385)<sup>21</sup>. Neste mesmo dia, 24 de Agosto, encontramos também pela primeira vez uma referência concreta a um indivíduo hierarquicamente superior a um operário que terá sido punido por não cumprir as ordens emanadas pelas autoridades: “À ordem do delegado especial do Ministério da Guerra, foi preso o industrial Luciano da Ponte, gerente da fábrica de cortiças da Margueira, propriedade da firma Barreiros & C.<sup>a</sup> (Irmãos), por não haver participado oportunamente aquele Ministério a paralisação de trabalho ocorrida na sua fábrica e por haver reaberto a mesma e readmitido o pessoal respectivo sem autorização do delegado especial. A fábrica foi imediatamente encerrada.”<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> *O Século*, 17 de Agosto de 1943, p. 2.

<sup>19</sup> Muitas destas não são fábricas de grande dimensão mas aquilo que na zona se denomina por “fabricos”, ou seja, pequenas explorações familiares que empregam alguma mão de obra assalariada e onde também alguns dos operários das fábricas maiores fazem “biscates”.

<sup>20</sup> *O Século*, 24 de Agosto de 1943, p. 2. Ver “Listagens de operários corticeiros das fábricas de Almada despedidos devido às greves de 1943”. Fonte: Arquivo Histórico Militar/Repartição de Gabinete/Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 137; Ver “Autos de Perguntas da PVDE sobre as greves de 1943”. Fonte: ANTT/ PIDE-DGS/ Proc. 906/43/ 6.º vol./ Greves CUF/ José do Couto; Ver “Troca de correspondência entre os Serviços de Mobilização Industrial, a Câmara de Almada e os donos das fábricas de cortiça, após as greves de 1943, sobre os salários dos operários”. Fonte: Arquivo Histórico Militar/Repartição de Gabinete/Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 135; Ver “Comparação de Salários das Fábricas de Cortiça de Almada”. Fonte: Arquivo Histórico Militar/ Repartição de Gabinete/ Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 137.

<sup>21</sup> Ver texto de um abaixo assinado de comerciantes e outras entidades de Almada que pedem a reabertura das fábricas. Fonte: Arquivo Histórico Militar/ Repartição de Gabinete/ Serviço de Mobilização Industrial/ Pasta 134.

<sup>22</sup> *O Século* de 24, Agosto de 1943, p. 2.



A esta questão do apuramento de responsabilidades, não será concerteza alheia a complexa teia de interesses estrangeiros em Portugal que se encontra bem espelhada nas máquinas de propaganda que países como a Inglaterra, os EUA e a Alemanha tinham a funcionar no nosso país. António Telo, refere, por exemplo, que quando se dão as greves de 1942 a Alemanha irá lançar uma campanha de contra-informação através da distribuição de panfletos assinados por uma organização portuguesa, não existente, onde se diz que a culpa da falta de abastecimentos é dos Aliados. Por isso o OSS (Office of Strategic Services) inglês “*não hesitou em atribuir à Alemanha vários boatos que circulavam em 1943 e 44, segundo os quais os aliados estavam envolvidos numa conspiração militar para derrubar Salazar*” (Telo, 1989:13). O facto de os operários da grandes firmas inglesas de cortiça de Almada terem sido os primeiros a avançar para a greve, não deve ter contribuído favoravelmente para eliminar as suspeitas que o regime pudesse ter sobre o papel dos serviços secretos ingleses em todo este processo, embora na realidade nada tenha conseguido provar.

Apesar de alguma informação importante que podemos ainda encontrar ao longo de Agosto, é notório que a partir do dia 2 em diante as notícias sobre a paralisação do trabalho vão diminuindo bastante em termos de dimensão e de visibilidade, desaparecendo praticamente no final do mês.

No *Diário de Notícias*, tal como no *O Século*, apenas dia 29 de Julho surgem as primeiras notícias sobre as “*perturbações da ordem*”<sup>23</sup>. No que diz respeito ao tipo de informação veiculada pelas duas publicações, ela é bastante semelhante. Aliás, os editoriais de dia 29 são mesmo idênticos na apresentação da questão das greves. Ambos destacam as dificuldades vividas pela população portuguesa em termos de abastecimentos, mas retomam as palavras do Ministro do Interior, ao referirem que os operários que reclamam não são mal pagos, pois nem fazem parte das reivindicações os aumentos salariais, e em termos globais toda a situação é fruto da conjuntura de guerra não se podendo, por isso, culpar os governantes portugueses. O jornal *Avante* vai aliás, mais tarde, responder a estas palavras num parágrafo sobre os objectivos do movimento<sup>24</sup>.

No que diz respeito às diferenças entre as duas publicações, o que encontramos no *Diário de Notícias* é uma abordagem menos descritiva dos acontecimentos, nomeadamente do papel desempenhado pelas mulheres. No total das notícias publicadas no dia 29, as referências feitas a estas são apenas duas, uma logo no início em que aparecem enunciadas juntamente com os homens: “*(...) grupos de homens e mulheres tentaram alterar a ordem*

<sup>23</sup> *Diário de Notícias*, 29 de Julho de 1943, p. 1.

<sup>24</sup> *Avante*, n.º 38, 2.ª quinzena de Agosto, 1943, p. 1.

(...)”<sup>25</sup>. E uma segunda, onde de facto se descreve resumidamente alguns dos seus comportamentos mais “violentos”, que aliás já tínhamos visto nas descrições do *O Século*, e que também se podem encontrar no *Avante*. O *Diário de Notícias* diz: “Em Almada e Cova da Piedade chegou a haver certo pânico quando grupos de mulheres, mal aconselhadas, pretenderam evitar que a Polícia e a G.N.R. restabelecessem a ordem.”<sup>26</sup>.

Os acontecimentos no *Diário de Notícias* são em geral descritos com menos pormenor, raramente se destacando acções particulares de um grupo ou outro. No entanto, em termos gerais, percebe-se claramente que todo o material publicado sobre as greves é emitido pelo regime, primeiro porque as informações são estritamente iguais em conteúdo<sup>27</sup>, remetendo sempre para as mesmas declarações e comunicados e em segundo, porque mesmo nos casos em que a informação parece ter sido construída de forma mais espontânea e baseada em opiniões e arbítrios pessoais, como no caso dos editoriais, a situação de similitude se mantém. Em suma, o *Diário de Notícias* passa a mesma mensagem, mas omitindo alguns pormenores, o que dá origem a uma imagem das greves menos realista, mais apagada, retirando-lhes importância e impacto mediático.

Apesar de algumas diferenças, já apontadas, sobre a forma como estas duas publicações tratam a questão das greves, no essencial a informação veiculada é a mesma, sendo aliás disponibilizada pelas mesmas fontes, governamentais sem dúvida. Passaremos assim a analisar uma outra publicação, o jornal *Avante*, numa tentativa de olhar para o outro lado do espelho.

O jornal *Avante* vem desde 1942, e respectivamente das greves de Outubro/Novembro, a incitar continuamente às paralisações e à greve como forma de reivindicação de melhores salários e condições de vida. No que diz respeito aos contratos de trabalho que surgem após as greves de 42, o PCP tem uma posição dupla pois considera que “(...) no seu conjunto, têm como finalidade castrar o impulso revolucionário das massas iludindo-as, prometendo aquilo que de antemão, o patronato propõe não cumprir” mas também “(...) representam no seu aspecto político uma vitória da classe operária.”<sup>28</sup>. Um outro assunto que preocupa o PCP e que é motivo de inúmeros tumultos e alterações à ordem, por parte das populações, é o envio de géneros para os países do Eixo. Começa a ser comum encontrar no *Avante* descrições de situações de apropriação de géneros por parte das populações, aliás,

---

<sup>25</sup> *Diário de Notícias* de 29 de Julho de 1943, p. 1.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> Até os erros são iguais. Exemplo da fábrica Henry Bucknall & Son de Almada, que aparece simultaneamente nas listas de reabertura e de continuação do encerramento, no mesmo dia, nas duas publicações.

<sup>28</sup> *Avante*, n.º 25, 2.ª quinzena de Janeiro, 1943, p. 3.



o próprio jornal dá incentivo a esse tipo de acções: *“Camponeses! Segui o exemplo das camponesas de UL. Apoderai-vos de tudo aquilo que vos queiram roubar, para auxiliar os assassinos e salteadores do eixo.”*<sup>29</sup>; *“Resisti ao roubo do milho! Assaltai os depósitos onde esteja assambarcado o milho e distribui-o pelo povo!”*<sup>30</sup>. Ou seja: *“Há que assaltar todos os locais onde os géneros estejam assambarcados. Há que ir buscar os géneros onde os houver.”*<sup>31</sup>. As palavras de ordem são: *“O povo luta pelos géneros. O povo luta contra as requisições. O povo luta contra as exportações para os facínoras hitlerianos.”*<sup>32</sup>.

O que encontramos de comum nestas descrições sobre acções de apropriação de géneros é o facto de, na maior parte dos casos, serem as mulheres as protagonistas dos acontecimentos. Daí que no próprio jornal encontremos muitas palavras de incentivo às mulheres e às suas acções: *“As mulheres, que são quem mais sofre com a falta de géneros, voltaram novamente a juntar-se e a protestar. (...) Mulheres de S. João da Madeira! Continuai a vossa luta enquanto vos não fornecerem todos os géneros de que necessitais! Trabalhadores de S. João da Madeira! Apoiai as mulheres que lutam contra a falta dos géneros!”*<sup>33</sup>; *“Um magnífico exemplo de luta pelo Pão acaba de ser dado pelas valentes mulheres de Braga. (...) Também em Arrifana, de Vila da Feira, mulheres fizeram uma marcha da fome (...) seguindo o magnífico exemplo das mulheres de S. João da Madeira, as valentes mulheres de Arrifana, levando à frente os seus filhos esfarrapados e famintos, apresentaram-se na Administração do Concelho (...)”*<sup>34</sup>. Noutros números do *Avante*, mesmo depois das greves de 1943, encontramos muitos relatos destes. Aliás, nota-se que existe a preocupação de recensar exaustivamente todos os movimentos reivindicativos que vão ocorrendo pelo país.

Quando chegamos ao momento das greves de 1943 propriamente ditas, nos últimos dias de Julho<sup>35</sup>, um manifesto do Secretariado do Comité Central do PCP destaca o papel das mulheres no movimento: *“Valentes mulheres do nosso povo! Vós tendes dado exemplos heróicos de como se luta pelo Pão. Vós tendes sido o exemplo vivo da abnegação, da combatividade, da iniciativa da classe trabalhadora”*. Sublinhando as acções das mulheres de Alma-

<sup>29</sup> *Avante*, n.º 28, 1.ª quinzena de Março, 1943, p. 3.

<sup>30</sup> *Avante*, n.º 33, 1.ª quinzena de Junho, 1943, p. 3.

<sup>31</sup> *Avante*, n.º 38, 2.ª quinzena de Agosto, 1943, p. 1.

<sup>32</sup> *Avante*, n.º 33, 1.ª quinzena de Junho, 1943, p. 3.

<sup>33</sup> *Avante*, n.º 28, 1.ª quinzena de Março, 1943, p. 3.

<sup>34</sup> *Avante*, n.º 33, 1.ª quinzena de Junho, 1943, p. 3.

<sup>35</sup> A greve começa em Almada no dia 26 de Julho, alastrando dia 27 para o Barreiro e Lisboa e começa a declinar por volta de dia 30, 31, embora não seja fácil estabelecer com rigor a data da sua extinção.

da: “As heróicas mulheres de Almada, numa manifestação de 2.500 pessoas conseguiram a paralisação total da indústria e do comércio e exigiram que fôssem postos à disposição do povo os géneros de que necessitavam. Valentes mulheres! Organizai marchas da fome, levai cartazes onde se leia: “*Temos fome!*”, “*Queremos géneros!*”. Desfraldai as bandeiras negras, as bandeiras da fome. Assaltai todos os lugares onde estejam os géneros açambarcados. Ide buscar os géneros onde os houver.”<sup>36</sup>. Também o jornal *Avante*, de Agosto, destaca logo no sub-título da primeira página: “*Milhares de mulheres trabalhadoras lutam pelo pão.*”<sup>37</sup> e como o movimento tem início nas fábricas corticeiras de Almada, o *Avante* descreve pormenorizada-mente neste número o que aí “verdadeiramente” se passou: “*Em Almada, depois da polícia ter pretendido encerrar a fábrica Rankin, os operários desta fábrica organizam-se em manifestação que se dirige à administração do concelho, pedindo géneros. A manifestação converte-se numa possante marcha da fome de 2.500 pessoas, sobre a qual flutuam duas grandes bandeiras negras (as bandeiras da fome). O administrador envia ao encontro das mulheres uma força da G.N.R. mas os guardas negam-se a executar as ordens de espancar as valentes mulheres. É então que o tenente Manulito bate nos próprios guardas para os obrigar a bater nas mulheres. Ele próprio espanca a torto e a direito, ferindo gravemente uma velhinha. Os bombeiros voluntários de Almada e Cacilhas, numa digna atitude, negam-se a fazer uso das agulhetas para dispersar os trabalhadores. Esta manifestação arrasta para a greve toda a indústria de Almada e obriga o comércio a fechar. Quando chegam camionetas da polícia, dezenas de mulheres, julgando que a polícia vai prender os seus companheiros, deitam-se na estrada, num gesto heróico, não deixando assim passar as forças. A um delegado do governo que procurava convencer os trabalhadores e regressarem ao trabalho uma heróica mulher operária, expõe em alta voz, diante de centenas de operários, as reivindicações dos trabalhadores. (...) 3.º Dia: 50.000 operários em greve. (...) Em Almada, têm lugar novas marchas da fome. As mulheres obrigam novamente o comércio a fechar.*”<sup>38</sup>. O jornal também destaca o papel das mulheres do Barreiro e de Lisboa, no âmbito da greve, e doutras localidades, como por exemplo Coimbra, onde os camponeses e camponesas se revoltam contra a escassez de géneros.

No número seguinte do *Avante*, o recuo encontra-se já bem visível nas palavras: “*Os trabalhadores de Lisboa, Almada, Barreiro, Seixal, Amora e outras localidades, efectuaram um recuo táctico ganhando posições para*

<sup>36</sup> Manifesto do Secretariado do Comité Central do PCP intitulado “*Em greve e unidos a vitória será nossa*” de 29 de Julho de 1943.

<sup>37</sup> *Avante*, n.º 38, 2.ª quinzena, Agosto, 1943, p. 1.

<sup>38</sup> *Avante*, n.º 38, 2.ª quinzena de Agosto, 1943, p. 2. (os destaques são do original)



*desencadear novas ofensivas.*”<sup>39</sup>. É o encerrar de um ciclo que voltará a desabrochar em Maio de 1944, mas já não com a mesma força nem nos mesmos locais.

Com maior ou menor intensidade na apresentação e descrição dos factos, encontramos quer na imprensa legal quer na clandestina, pontos de convergência sobre os acontecimentos do Verão de 1943. Não parecem restar dúvidas de que na Margem Sul, nomeadamente no Barreiro e em Almada, a greve teve uma adesão sem precedentes. Sobre o papel desempenhado pelas mulheres, operárias principalmente mas não só, no desenrolar dos acontecimentos, as descrições também são unânimes: elas saem à rua aos milhares para reclamar, encabeçam marchas de protesto, confrontam-se com a polícia e são reprimidas violentamente. Nas descrições do jornal *O Século* e *Diário de Notícias*, a forma como são descritas e adjectivadas as acções levadas a cabo pelas mulheres operárias, pretendem que estas sejam vistas como condenáveis, inconscientes, mesmo contranatura em descrições como: “*dezenas delas, que numa inconsciência espantosa levavam consigo os filhos menores*”; “*levavam debaixo dos aventais pedras que, num gesto condenável, atiravam aos carros eléctricos*”; “*foi nessa altura que se deram tumultos, principalmente provocados pelas mulheres*”; “*grupos de mulheres mal aconselhadas*”. Por outro lado, o mesmo tipo de descrições que, na imprensa legal, podem ter sido mais ou menos exagerados com o intuito de servir um determinado fim ideológico, apresenta-se no jornal clandestino *Avante* precisamente com a mesma finalidade, mas servindo outros públicos e outros interesses. Aqui, do outro lado da luta, as descrições são sobre as “*heróicas*” e “*valentes mulheres*” do “*nosso Povo*”, “*o exemplo vivo da abnegação*” e da “*combatividade da classe trabalhadora*”.

No final, uma coisa é certa: nunca as mulheres operárias tinham tido, durante o Estado Novo, honras de primeira página na imprensa. Seja pela crítica ou pelo incentivo, desta vez, ao contrário de muitas outras, as suas acções não foram relegadas para o esquecimento da História. Talvez também, porque pela primeira vez o regime as viu agir de forma tão inesperada.

**As protagonistas – “Ai, valha-me Deus, nem me fale nas greves. Eu tive um medo (...) não foi só a fábrica, que os corticeiros eram muito revoltosos. (...) Foi toda a gente.”**<sup>40</sup>

As mulheres são, como se viu, das principais protagonistas públicas das greves de 43. Elas incitam à adesão, encabeçam marchas da fome, assaltam

<sup>39</sup> *Avante*, n.º 39, 1.ª quinzena de Setembro, 1943, p. 1.

<sup>40</sup> R. O. Operária corticeira da fábrica Rankin & Sons, nascida em 1917. Depoimento recolhido em 2003.

locais para a apropriação de géneros e redistribuem-nos, atiram pedras, partem vidros, tocam sinos, cortam fios telefónicos, assaltam comboios, gritam, insultam, barafustam, pedem e exigem, de forma clara, directa, pública e frontal. Este comportamento, quando comparado com a sua forma de agir no quotidiano, pode parecer, numa primeira análise, estranho e incoerente. No entanto, enquadra-se numa tipologia sexual de divisão do trabalho reivindicativo. Em primeiro lugar, estas greves estão intimamente associadas a problemas sócio-económicos, de subsistência e sobrevivência, ou seja, a uma parte da vida que toca especialmente às mulheres, enquanto gestoras da célula doméstica. O clima de agitação e de insatisfação que se vive no país é mais visível nos problemas que surgem quotidianamente nas ruas por causa do racionamento, da fome e da miséria, do que, propriamente, no trabalho político feito e planeado na clandestinidade. Ou seja, ambos são motores importantes da revolta, mas a insatisfação nas ruas é crucial para o desencadear da situação. Na rua encontram-se as motivações e os incentivos que podem conduzir até o mais temeroso a agir. Em segundo lugar, se as mulheres são geralmente arredadas do trabalho político formal no quotidiano, nos momentos de revolta são utilizadas como elemento chave para o confronto, por exemplo, com as forças policiais. A ideia de que as mulheres não serão detidas ou agredidas prevalece durante bastante tempo, por um lado acreditando na ideologia do regime e na forma como este entende e define o “segundo sexo”, e por outro porque, na verdade, elas são menos essenciais ao movimento, no caso de serem presas. Este tipo de discurso aparece com frequência nos depoimentos:

“As mulheres vinham sempre à frente, os homens iam sempre atrás.”.  
(JF<sup>41</sup>)

A memória das greves de 43 em Almada parece fundir-se numa memória lata e abrangente sobre as greves em geral e os momentos de excepção que elas constituíam. Apesar disso, é possível isolar uma ou outra narrativa que, pelo cruzamento de dados ou referências históricas, incide particularmente sobre estes acontecimentos. Da memória das greves deste ano destacam-se: a falta de géneros, as marchas da fome, a repressão policial e os despedimentos, embora estranhamente estes sejam até os menos referidos.

No que diz respeito à falta de géneros, aparecem na descrição dos quotidianos referências às bichas, ao racionamento, ao mercado negro e ao açambarcamento como temas recorrentes nos discursos destas mulheres, tanto no papel de vítimas do sistema como de agentes subversores do mesmo.

---

<sup>41</sup> Operária corticeira da fábrica Rankin & Sons, nascida em 1918. Depoimento recolhido em 2003.



De facto, as referências ao período da guerra, são sempre acompanhadas por esta memória da carência de géneros, que condicionou radicalmente a gestão quotidiana das famílias durante esses anos:

“A gente chegava cá fora, estávamos dentro das fábricas a trabalhar, todo o dia, chegávamos às 17h00 saíamos, íamos aos estabelecimentos já não havia carvão, não havia azeite, nada! Nós também não podíamos viver sem comer. Não havia açúcar. As pessoas que estavam todo o dia em casa compravam tudo, açambarcavam e nós que estávamos nas fábricas já não tínhamos nada para comprar. Era a fome e a guerra, era tudo.”. (GC)<sup>42</sup>

Também Ângela Luzia destaca estes discursos no feminino sobre a conjuntura de guerra: “*As memórias femininas são aqui muito mais detalhadas, o que não espanta dada a sua responsabilidade de prover à alimentação da família. Recordam-se os estratagemas colectivos para subverter o racionamento e encontrar formas alternativas de abastecimento, a fome, a revolta perante a corrupção e o sentimento de incapacidade de resolução de uma situação que não passava especificamente pelas magras economias familiares.*”<sup>43</sup>.

As marchas da fome, talvez por serem dos momentos mais épicos de desafio frontal ao poder, são amplamente evocadas e descritas com emoção:

““Abaixo o governo” – era mesmo para ir presas.”. (RG)

“Íamos com um casaco que a gente pendurou lá. Uma qualquer deu o casaco e a gente em vez da bandeira pendurou-se o casaco. (...) foi uma coisa muito grande. Pessoas que estavam na rua e que estavam em casa vieram, veio tudo na marcha à flambó. (...) aquilo não se gritava mais porque os pulmões não davam para mais: “Temos fome, temos fome”. Depois veio de lá a Guarda Republicana, até Cacilhas bateu-se com os calcanhares no cu, por aquela rua das Terras [Rua Carvalho Freirinha].”. (JF)

“Não me recordo o ano em que foi, em que havia uma grande greve, as mulheres da cortiça vinham todas da Piedade, com bandeiras pretas (...) eu saí, fui à mercearia comprar petróleo e vi aquela gente: “Trabalho sim, morte não. Morte à PIDE, morte à PIDE”. E eu disse: “Ai Jesus, o que é isto?”. Muita mulher e muito homem com bandeiras pretas, naquela altura eu com os meus dezassete anitos talvez, dezassete ou dezoito anos, nunca tinha assistido a nada daquilo. Quando vi aquelas mulheres o que é que eu

<sup>42</sup> Operária corticeira da fábrica Rankin & Sons, nascida em 1917. Depoimento recolhido por Ângela Luzia: Luzia, M. (1994/96) *A Memória, A Cidade e o Rio*, dissertação de mestrado, UNL-FCSH (policopiado), p. 74 (anexos).

<sup>43</sup> Idem, p. 53.

faço, atravesso a rua e meto-me dentro da escada, era um rés-do-chão. E então vejo elas passarem todas, da cortiça, vinham todas da Piedade. (...) Foi no dia em que elas vinham já todas da cortiça e depois aderiram as pessoas de Almada, aderiram.”. (BR<sup>44</sup>)

Demonstra-se também um conhecimento da simbologia associada aos ícones utilizados como forma de expressão:

“Foi-se para Almada, foi-se para a Câmara, pendurou-se lá no mastro da bandeira um casaco, um casaco, calhou a não ser o meu que eu nem sei se levava casaco, não me lembro. Um casaco preto em vez da bandeira, significava que era fome, uma bandeira preta.”. (JF)

A repressão policial é detalhadamente lembrada através das experiências próprias ou então, no relato de algum caso que se tenha destacado ou pela brutalidade da repressão de que tenha sido alvo ou pelo engenho com que se ludibriou as forças policiais:

“Vem de lá a polícia (...) havia um tomatal e as raparigas andavam de meias, de Verão ou de Inverno, e houve ali uma que fugiu por dentro desse tomatal chegou com as meias todas verdes. Santa mãe de deus (...) vinha uma carrinha que a gente chamava-lhe a ramona. E veio uma carrinha e entrou lá dentro e levou-as.”. (RG)

“Elas foram presas porque aquilo foi uma greve muito grande, depois elas foram presas para Almada, de Almada foram para o Governo Civil mas quer dizer a gente sabe isso depois de elas terem saído, quando elas estavam presas iam para Almada ou iam logo directas a Lisboa, em camionetas e a pé.”. (JF)

A referência à detenção de mulheres é quase sempre seguida de comentários acerca da situação vivida nos locais de detenção, aliada à evocação das especificidades da condição feminina:

“Tive muitas colegas que foram presas. Com aquela coisa das greves muitas foram presas mas vinham sempre mais depressa do que os homens. Até porque depois vinha a menstruação e as cadeias não tinham condições e depois tinham que mandar as mulheres embora. Vinha o período e depois elas não tinham roupa porque não tinham visitas e não tinham roupa e para se lavarem e tudo. Tinham que as mandar embora.”. (JF)

---

<sup>44</sup> Operária emalhadora de redes de pesca na Sociedade de Reparação de Navios, nascida em 1929. Depoimento recolhido em 2003.



A referência à menstruação feminina é comum nas descrições de mulheres acerca dos seus períodos de detenção, é aliás uma das primeiras evocações que fazem para explicar as más condições de higiene em que eram mantidas, as humilhações e maus tratos. Paula Godinho destaca-o para as mulheres do Couço: *“A negação dos mais elementares cuidados de higiene durante dias seguidos, constituía uma humilhação que, frequentemente, tinha sido iniciada no momento de detenção (...). Particularmente lesadas ficavam as mulheres, sem poderem recorrer a qualquer protecção durante a menstruação, humilhadas pelo fluxo que tinham de ir sustendo e limpando com as próprias roupas”* (Godinho, 2001:292).

O encerramento das fábricas é um facto pouco referido, talvez por outros terem sido os elementos que se mantiveram mais activamente associados à memória do movimento das greves, como as marchas, as palavras de ordem, as fugas à polícia, etc. Embora, como já vimos, as fábricas de cortiça de Almada tenham estado encerradas por um período excessivamente longo, quando comparado com outros estabelecimentos igualmente envolvidos no movimento. Talvez por nenhuma das mulheres entrevistadas ter sido presa, ou ter estado directamente sob os “olhares” da polícia e a regularização da sua situação laboral se ter dado sem incidentes de maior, prefira lembrar essas outras vertentes mais épicas e invulgares do quotidiano. No entanto, apesar de pouco referenciados, os despedimentos não deixam de ser evocados:

“Houve uma greve muito grande, lá na fábrica, nas fábricas, e ficaram muitos homens de fora. No Rank. (...) Isto na greve, isto no período mesmo da greve. (...) Ficaram muitos homens de fora e muitas mulheres de fora. Quer dizer a fábrica começou a trabalhar mas ficou muita gente de fora.”. (JF)

A repressão policial foi, como já se viu, dura e implacável, mas encontramos presentes muitos dos elementos de resistência existentes já no 18 de Janeiro de 1934, como a solidariedade da comunidade, que ajudava os operários na fuga às forças policiais, e depois o reactivar de redes de entajuda na tentativa de localização dos detidos:

“Quando encontrávamos alguém conhecido: “Então o que é isso? Então o que é isso?”. “É a greve vem aí a polícia”. “Entra aqui, anda cá, anda cá”. Abria a porta e a gente metia-se na cama, ou na cozinha a fingir que estávamos a fazer as coisas. E ela fechava a porta, a dona da casa. A Guarda como vinha desarvorada atrás daquela malta toda, seguia e a gente lá ficava em casa. (...) Aqui fazia-se costas uns aos outros. Era mesmo assim. À espera disso é que a gente ia num vai e vem cá para fora.”. (JF)

“Quando era nas greves. E então iam presas e ninguém sabia para onde é que elas iam. A gente mais ou menos sabia que iam sempre para o Governo Civil mas depois dali não se sabia nada delas, mesmo havia pessoas, eu por exemplo tinha um tio, que o meu sogro era encarregado lá na fábrica e tinha um cunhado que era polícia no Governo Civil e então em muito segredo, que nem o cunhado dizia nem à mulher nem aos filhos nem nada, aonde é que elas ao depois eram transferidas, elas e eles, homens e mulheres era tudo preso.”. (JF)

A expressão “*Aqui fazia-se costas uns aos outros*” sintetiza de facto, de forma brilhante, o sentimento de pertença a uma comunidade envolvida num acto de afronta colectivo ao poder instituído e que conscientemente protege aqueles que considera seus: “*A imagética da greve como desafio e manifestação de poder é uma constante, significando a validação da experiência de pertencer ao conjunto da comunidade operária.*” (Luzia, 1994/96:83). A utilização da expressão militar, “fazer costas uns aos outros”<sup>45</sup>, confere o tom belicista que os operários de facto sentiam no confronto com as autoridades, era uma “guerra” o que se travava nas ruas. Também a dicotomia “nós” e os “outros” mais do que nunca faz sentido na definição dos lugares que se ocupa no seio do conflito. E esta divisão não é apenas pensada sobre operários versus polícia, mas também dentro da comunidade sobre operários versus elites: “*É também nesta manifestação que se verifica a maior dicotomia entre comunidade operária, símbolo de pobreza, e o início de uma pequena e média burguesia ligada ao funcionalismo público, aos comerciantes, pequenos proprietários de oficinas e alguns trabalhadores liberais: “Eles, não estavam connosco”, mas “ainda havia gente boa, morta de medo, que nos ajudava.”.*” (Luzia, 1994/96:83).

Ângela Luzia, considera que as greves de 43 são o “*acontecimento histórico mais recordado*” pelos seus entrevistados (Luzia, 1994/96:52). Todos relatam a sua participação num momento de excepção como este: “*A informação circulava entre militantes e não militantes e, embora haja uma consciência sobre a condução e organização partidária do processo, recordam a greve como algo onde a toda a comunidade participou e em que se sentiram empenhados individualmente.*” (Ibidem). A autora também destaca o papel desempenhado pelas grandes fábricas corticeiras, assim como pela Sociedade de Reparação de Navios, neste movimento que sem dúvida “*subalternizou todas as outras manifestações de resistência e organização operária.*” (Ibidem). Como exemplo desta hegemonia que caracteriza as greves de 43, a autora vai compará-las com as de 1952, 53 e 55, também associadas a períodos de fome e

---

<sup>45</sup> Expressão utilizada quando um grupo de indivíduos está cercado por todos os lados e por isso se põem de costas, em círculo, de forma a cobrir toda a área envolvente.



carência mas recordadas “(...) de modo impreciso e apenas como “houve outras greves, em que as fábricas também pararam”. São igualmente períodos de afirmação de uma identidade e consciência operária, mas que foram completamente subalternizados pela “greve grande” de 43.” (Idem:54).

O Verão de 1943 é o verão de todos os acontecimentos para a população de Almada, é o culminar de meses de fome e miséria que, apesar de não serem ultrapassados, são gritados e cuspidos na face do poder. É também a primeira vez que se fala das mulheres como protagonistas de eventos públicos desta natureza, elas são agredidas, detidas e tratadas como nunca até aí em situações de confronto. Salazar descobre um novo inimigo, as operárias “corajosas, insubmissas e com uma língua imparável” (Pereira, 2001:254) do seu “pacato” Portugal.

## Conclusão

As greves de 1943 foram sem dúvida um momento marcante nas comunidades da Margem Sul, nomeadamente no Barreiro e em Almada. O Verão de 43 constitui um marco na memória da resistência operária que muitas vezes a ele se refere, não só para evocar os acontecimentos, mas também para utilizá-lo como barreira cronológica, num antes ou depois da “grande greve”, que baliza acontecimentos pessoais, familiares, colectivos ou institucionais.

Quanto ao papel decisivo que as mulheres desempenham nestas greves as opiniões são unânimes. Segundo Pacheco Pereira, “A participação decisiva de mulheres marcará todos os movimentos grevistas do período da guerra. (...) Sem as mulheres, o movimento pela conquista dos géneros e as «marchas da fome» não teriam tido qualquer sucesso. Em todos os documentos do PCP, vai-se chamar a atenção para este papel das mulheres – os elementos «mais infamemente explorados» da classe trabalhadora, que mostraram grande «heroicidade», embora o partido tenha muita dificuldade em encontrar formas organizativas para as enquadrar.” (Pereira, 2001:242). Ângela Luzia destaca que, “foram elas também as que mais facilmente aderiram ao movimento, que entenderam como reacção à fome, ao racionamento, motivos que as tocavam particularmente, dado serem elas o suporte do bem estar familiar, sentindo como mães, que era uma situação insustentável.” (Luzia, 1994/96:85). As mulheres entrevistadas, reivindicam e chamam a si um protagonismo que consideram indiscutível, e que pode também ser encontrado não só junto dos diversos autores apontados como da imprensa da época e da consciência popular local em geral.

No que diz respeito à gramática de acção reivindicativa, acabámos de olhar para um momento da História em que as mulheres, operárias de Almada, de uma forma ou outra, participaram activamente em movimentos ou acções de afronta ao poder instituído. Destes momentos temos relatos que inci-

dem mais frequentemente e com maior intensidade sobre o tomar posse da rua, o espaço público por excelência onde se desenrola este tipo de acontecimentos. Michel Cadé, num artigo sobre as tradições identitárias do movimento operário francês, dá particular ênfase precisamente à questão da rua, ao desfile dos indivíduos numa apropriação ostensiva do espaço público: “*Le défilé des grévistes est un de ces moments privilégiés où le mouvement ouvrier se sent exister avec une identité forte dans l’action.*” (Cadé, 1994:101). Também muitas destas formas de agir decorrem de uma herança comum, são modelos de acção reactivados, métodos de resposta à repressão inscritos no código da comunidade resistente. Nenhum operário nos sabe dizer porque se ocupam as ruas em momentos de excepção, festivos ou reivindicativos, mas todos parecem saber como o fazer, porque é natural, sempre se fez, embora esta memória genealógica seja mais mítica do que verdadeiramente datada. O mesmo acontece com outras práticas colectivas e Cadé chama a atenção para a sua importância. Reactivadas ou presentemente criadas, as práticas colectivas funcionam como forma importante de manter a identidade grupal, para além dos heróis ou mitos singulares: “*Si l’identité d’un groupe se nourrit des mythes fondateurs et d’ancêtres aux trajectoires individuelles exemplaires, si elle se développe en fonction de sa capacité à construire une représentation de son histoire adéquate à ses buts proclamés, elle se construit aussi à partir de pratiques collectives communes qui peuvent être totalement originales ou résulter de la captation de pratiques préexistantes.*” (Idem:100). Em Almada, para além da referência a um ou outro operário que se destaca na memória local como “grande antifascista” ou “grande comunista”, na descrição das greves e manifestações os relatos fazem-se no plural, o “nós” é que prevalece quando se pretende oferecer uma imagem da comunidade. Também na definição de movimento social vimos como a identidade é o elo indispensável de união do grupo, seja pré-existente ou precisamente construída no seio do movimento.

## Bibliografia

- Cadé, M. (1994) “Traditions identitaires du mouvement ouvrier français dans le Midi rouge, de la fin du XIX siècle à nos jours”, *Le Mouvement Social*, 166: 91-105.
- Crehan, K. (2002) *Gramsci, Culture and Anthropology*, Los Angeles: University of California Press.
- della Porta, D.; Diani, M. (1999) *Social Movements: an introduction*, UK: Blackwell.
- Diani, M.; Eyerman, R. (1992) “The Study of Collective Action: introductory remarks”. In *Studying Collective Action*, ed. M. Diani e R. Eyerman, London/Newbury/New Delhi: SAGE.
- Godinho, P. (2001) *Memórias da Resistência Rural no Sul*, Oeiras: Celta.
- Halbwachs, M. (1950) *La Mémoire Collective*, Paris: PUF.



- Luzia, M. (1994/96) *A Memória, A Cidade e o Rio*, Lisboa: UNL-FCSH (dissertação de mestrado em Museologia e Património – policopiado).
- Pereira, P. (2001) *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa: Temas e Debates.
- Prost, A. (2002) “Les grèves de mai-juin 1936 revisitées”. *Le Mouvement Social*, 200: 33-54.
- Rodrigues, J. (1999) *A Expansão Programada de Lisboa para a Margem Sul: Almada, 1938-1950*, Lisboa: UTL – ISCTE (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea – especialização em História Urbana – policopiado).
- Rosas, F. (1995) *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa: Estampa.
- Tarrow, S. (1998) *Power in Movement: social movements and contentious politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Telo, A. (1989) *Contributos para o estudo da guerra secreta e da propaganda em Portugal*, Lisboa: Faculdade de Letras.
- Touraine, A. (1985) “An Introduction to the Study of Social Movements”, *Social Research*, 4: 749-787.

## Resumo

Durante os anos quarenta, nomeadamente durante a sua primeira metade, um surto de movimentos grevistas e de contestação vão deflagrar por todo o país, provocando agitação tanto nos meios operários como rurais. Na Margem Sul, em Almada, o mais importante destes movimentos foi sem dúvida o de 1943. Pela primeira vez na história do Estado Novo, as mulheres são protagonistas de eventos públicos desta natureza, sendo agredidas, detidas e tratadas como nunca até aí em situações de confronto. Procurar-se-á abordar neste artigo, a forma como as operárias de Almada contribuíram de maneira decisiva para este movimento, analisando as particularidades da resistência operária no feminino num contexto de afronta pública e formal ao sistema.

## Abstract

During the 1940s, and particularly during the first half of the decade, strikes and protest movements spread throughout the country, mobilising both industrial and agricultural workers. In the Southern Bank (Margem Sul), in Almada, the most important of these movements was, without a doubt, that of 1943. For the first time in the history of the Estado Novo regime, women were at the forefront of such public events, having suffered aggression, incarceration and having been treated as never before in confrontational contexts. In this paper I will attempt to discuss the key role played by the female factory workers of Almada in this movement, by focusing on the specificities of female resistance in the context of a formal and public challenge of the system.

## Résumé

Pendant les années quarante, notamment dans la première moitié, un élan de mouvement grévistes et de contestation va exploser dans tout le pays, provoquant l'agitation autant dans les milieux ouvriers que dans les milieux ruraux. Dans la Rive Sud (de Lisbonne), à Almada, le plus important de ces mouvements a été, sans aucun doute, celui de 1943. Pour la première fois dans l'histoire de *l'État Nouveau*, les femmes ont été les protagonistes d'événements publics de cette nature pendant lesquels elles furent agressées, arrêtées et traitées comme jamais encore dans des situations de conflit. On essaye d'aborder dans cet article la manière dont les ouvrières d'Almada ont contribué d'une manière décisive au mouvement, analysant les particularités de la résistance ouvrière féminine dans un contexte d'affrontement public et formel au système.

## Palavras Chave:

Movimentos Sociais; Resistência; Género; Operariado; Greves; Estado Novo. Social Movements; Resistance; Gender; Factory Workers; Strikes; Estado Novo.

Mouvement Social; Résistance; Genre; Classe Ouvrière; Grèves; Estado Novo.